



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

## **A GUERRA NÃO DECLARADA**

**As campanhas militares portuguesas nos Teatros Africanos**

**1914-1915**



O BI 14 na estação de Santa Apolónia, Lisboa (Ilustração Portuguesa N° 448, 1914)

**Abertura Solene do Ano Letivo 2014 / 2015**

**21 de novembro de 2014**

## O Autor

O Major de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges ingressou na Academia Militar em 1994 e foi promovido ao atual posto em outubro de 2010.

Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas Unidades do Exército de que se destacam: Entre 1999 e 2004, exerceu as funções de instrutor, na Escola Prática de Infantaria, em Mafra. Entre 2004 e 2010, exerceu as funções de Comandante de Companhia e oficial de Estado-Maior do 2º Batalhão de Infantaria, no Regimento de Infantaria Nº 14, em Viseu. Entre 2010 e 2012, regressou à Escola Prática de Infantaria onde exerceu as funções de Chefe da Secção de Formação e da Secção de Planeamento, Avaliação e Estudos Técnicos e de Adjunto do Diretor de Formação. No estrangeiro cumpriu: uma missão na Bósnia-e-Herzegovina como comandante de Pelotão de Morteiros; duas missões no Kosovo como comandante de Companhia de Atiradores; duas missões no Afeganistão como Oficial de Operações da 2ª OMLT de Guarnição e Oficial de Treino no CJ37 do Quartel-General da ISAF e uma missão de assessoria temporária em Moçambique como professor de Técnica de Estado-Maior no Instituto de Estudos Superiores de Defesa.

Para além dos cursos normais de progressão de carreira e de cursos de índole técnico-tático nacionais e estrangeiros, está habilitado com o Curso de Estado-Maior Exército e Curso de Estado-Maior Conjunto. Em termos académicos, é licenciado e mestre em Ciências Militares pela Academia Militar e encontra-se a terminar o Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares, com a dissertação intitulada *O Regimento de Infantaria Nº 14 nas Campanhas do Sul de Angola da I Guerra Mundial*.

O Major Lourenço Ortigão Borges é, desde julho de 2013, professor de Tática da Área de Ensino Específico do Exército do Instituto de Estudos Superiores Militares.



## **A GUERRA NÃO DECLARADA**

### **As campanhas militares portuguesas nos Teatros Africanos, 1914-1915**

**Major de Infantaria Lourenço Ortigão Borges**

(Texto lido na Lição Inaugural)

#### **1. INTRODUÇÃO / ANTECEDENTES**

«A lição dos factos, em países de gente inteligente e hábil, é sempre proveitosa: a lição que as campanhas d’Africa nos fornecem sirva também, entre nós, para se tratar a sério da organização militar, preparando o Exército para o seu fim [...] – a Guerra!»

General Gomes da Costa, 1925

Esta lição inaugural pretende ser um contributo sobre a participação das Forças Armadas Portuguesas nas Campanhas Africanas, em 1914 e 1915, honrando assim a sua prestação indelével para a Pátria, as suas privações e agruras nos difíceis teatros de Africa, no qual muitos pagaram com a própria vida o custo da integridade territorial da nação.

A I Guerra Mundial, até 1939 conhecida como a Grande Guerra, aquela que iria «acabar com todas as guerras», teve como catalisador específico o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro. Passado precisamente um mês, a 28 de julho de 1914, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia e as alianças da época encarregaram-se do resto. De tal forma que, no final de



agosto, as grandes potências europeias já estavam envolvidas na guerra – o Império Austro-Húngaro e a Alemanha do lado da Aliança, e a Rússia, a Inglaterra e a França do lado da Entente.

A participação militar nacional neste conflito é comumente associada à ação do Corpo Expedicionário Português em França, mas esta aconteceu apenas nos últimos dois anos do mesmo. A Alemanha declarou guerra a Portugal a 9 de março de 1916 e foi quase um ano depois, a 30 de janeiro de 1917, que a 1.ª Brigada do Corpo Expedicionário Português, sob o comando do General Gomes da Costa, saiu do Tejo, a bordo de três vapores britânicos, vindo depois a desembarcar em Brest, na Bretanha, a 2 de fevereiro.

No entanto, os soldados portugueses estiveram presentes desde o primeiro momento, muito antes da campanha da Flandres. Portugal combateu logo desde 1914, noutros dois teatros de operações terrestres: Angola e Moçambique. Apesar do elevado número de baixas das campanhas africanas, o assunto é marginalmente estudado pelos historiadores. Com exceção de algumas memórias publicadas pelos intervenientes, após 1918 e até meados do século XX, os teatros africanos foram relegados para segundo plano da historiografia militar e têm sido pouco a florados nas obras contemporâneas, pela maioria dos autores nacionais e estrangeiros.



Neste ano de 2014, em que globalmente se assinala o centenário do início da I Guerra Mundial (GM), têm já abundado comemorações nacionais à participação do Corpo Expedicionário Português na Flandres, em mais um claro indício do esquecimento a que a participação em África está votada. Portugal iniciou a sua ação em operações militares no âmbito da I GM nos Teatros Africanos e é justa a homenagem a este esforço de guerra, honrando os que neles combateram.

Citando Carlos Selvagem, pela «memória de todos aqueles que, pela glória das Quinas Portuguesas, têm mordido o pó em terras d'Além-mar.»

O governo da República demonstrava intenção de neutralidade, mas pretendia não deixar de honrar o velho tratado de amizade e aliança anglo-luso. Era assim, por esta via, que aspirava garantir o auxílio inglês na eventualidade das suas colónias em África serem atacadas pelos alemães.

Esta preocupação com as colónias africanas era, todavia, legítima, na medida em que o governo alemão cobiçava o controlo dos territórios coloniais portugueses desde o final do século XIX, sendo prova disso os tratados anglo-alemães de 1898 e 1913, onde, secretamente, as duas potências previam a sua partilha. As colónias portuguesas faziam fronteira com duas colónias alemãs, a Damaralândia, atual Namíbia, no Sul de Angola e a Leste Africana, atual Tanzânia, no Norte de Moçambique.



## **2. CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS EXPEDICIONÁRIOS**

Devido às pretensões anteriormente referidas, forças alemãs efetuaram avanços táticos em direção ao sul de Angola e ao norte de Moçambique, tornando-se iminente o confronto com as forças militares portuguesas, que possuíam um potencial de combate diminuto, devido ao efetivo, tipologia e natureza das unidades do exército colonial.

Assim, ainda em 1914, o governo de Bernardino Machado decidiu reforçar preventivamente os contingentes nestes territórios, enviando dois Corpos Expedicionários. Pelo decreto de 18 de agosto de 1914, determinou-se a organização de duas expedições com destino a Angola e a Moçambique, sendo cada uma constituída por um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia de montanha e serviços de saúde e administrativos.

O Ministro da Guerra, General Pereira D'Eça, escolheu, para comandantes dos destacamentos, dois oficiais com elevada experiência e provas dadas nos teatros africanos: para Angola, o Tenente-Coronel do Serviço de Estado-Maior José Augusto Alves Roçadas e para Moçambique, o Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Francisco Massano de Amorim.



Durante o final do mês de agosto, começaram a constituir-se as subunidades dos corpos expedicionários, à custa de voluntários provenientes de unidades de todo o país. Por exemplo, o 3º Batalhão Expedicionário, aprontado no Regimento de Infantaria Nº 14, com destino a Angola, tinha militares de 25 Regimentos de Infantaria diferentes!

No início de setembro, as Secções de Quartéis de ambas as expedições rumaram a Lisboa e, no dia 11 de setembro, após desfile «rio abaixo», aclamado pela população de Lisboa, os dois Corpos Expedicionários embarcaram no Cais de Santa Apolónia.

### **3. A CAMPANHA DE ANGOLA**

O comandante da expedição para a Angola, Tenente-Coronel Alves Roçadas era um veterano deste teatro. Em 1897, foi enviado para a colónia durante três anos, tendo desempenhado as funções de Chefe de Estado-Maior e realizado vários reconhecimentos geográficos e levantamentos cartográficos. Voltou a Angola em 1905, como Governador do Distrito de Huíla e, de maio de 1906 a outubro de 1907, comandou uma expedição que, depois de vários empenhamentos contra as tribos locais, ocupou a embala de Nalueque, a capital dos Cuamatos. Terminou assim a campanha, com a submissão das tribos do baixo Cunene e a ocupação do território dos Cuamatos.



Na metrópole, o eco destes sucessos foi impressionante, tendo elevado Alves Roçadas à condição de herói, facto que lhe valeu diversas condecorações, das quais se destaca a de Grande-Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, a promoção ao posto de Major e a nomeação para ajudante-de-campo do Rei.

Em 1914, o Projeto de Operações do Tenente-Coronel Alves Roçadas tinha dois objetivos: a ocupação direta do território Cuanhama e a oposição ao avanço de quaisquer forças alemãs que pretendessem invadir o território da colónia. Para conseguir o primeiro objetivo, Roçadas considerava ter o efetivo adequado, se comparado com a campanha do Cuamato. No entanto, relativamente ao segundo objetivo, ele entendia possuir efetivo insuficiente, e solicitou o reforço de dois batalhões de infantaria, duas baterias de metralhadoras, duas baterias de artilharia e um esquadrão de cavalaria.

Alves Roçadas viu atendido no seu pedido em dois momentos. O Corpo Expedicionário teve um primeiro reforço, ainda em 1914, do qual se destaca um Batalhão de Marinha Expedicionário, tendo, ainda nesse ano, sido mobilizado um terceiro contingente para reforçar os dois antecedentes. Além destas forças enviadas da metrópole, o Tenente-Coronel Alves Roçadas contava para operações com as unidades da província de Angola e duas companhias indígenas de Moçambique.



A expedição desembarcou em Moçâmedes, a 1 de outubro, e deslocou-se para Lubango, onde o Tenente-Coronel Alves Roçadas tomou posse do governo de Huíla, a 18 do mesmo mês, na véspera do «incidente de Naulila», talvez um dos episódios mais conhecidos desta campanha, embora a sua descrição conheça várias versões.

Nessa altura, uma delegação alemã terá entrado em território português sem a devida autorização e foi intercetada por um Destacamento de Dragões, comandado pelo Alferes Sereno. A recusa dos alemães em seguir até Naulila, para posterior identificação, levou ao desentendimento entre ambos os grupos. O destacamento português abriu fogo, resultando na morte da maioria dos alemães.

Esta ação teve repercussões graves para as tropas portuguesas e as represálias alemãs fizeram sentir-se logo a 31 de outubro, com o ataque e posterior saque ao posto militar do Cuangar e a outros quatro postos, ao longo do Rio Cubango, dos quais resultaram baixas militares e civis, incluindo crianças. No entanto, a vingança alemã não ficaria por aqui.

A 18 de dezembro de 1914, em Naulila, uma coluna militar alemã atacou uma força portuguesa que, após quatro horas de combate e com pesadas baixas, retirou e atravessou o rio Cunene em direção a Donguena.

O designado «forte» de Naulila não dispunha de organização do terreno que permitisse uma defesa eficaz, como trincheiras ou obstáculos de arame farpado. Possuía apenas uma rudimentar preparação defensiva que não foi capaz de suportar o ataque alemão. Pelas cinco horas da



manhã, a artilharia inimiga começou a flagelar a posição, incidindo sobre o flanco esquerdo, conseguindo atingir o paiol de munições e fazendo com que, de imediato, o «forte ficasse transformado num enorme braseiro». Alguns militares abandonaram as suas posições prematuramente, enquanto outros se bateram estoicamente e sofreram pesadas baixas, como foi o caso do Capitão Homem Ribeiro que, com heroísmo, encorajava os homens da sua companhia quando caiu morto. As forças portuguesas foram incapazes de aguentar as suas posições, tendo os alemães tomado o Forte e capturado três oficiais e 62 praças. Como resultado do combate, morreram outros dois oficiais, entre eles o Alferes Sereno, o protagonista do Incidente de Naulila de 19 de outubro. Morreram em combate 66 praças e ficaram feridos cinco oficiais e 71 praças.

Ainda que houvesse uma grande desproporção no potencial relativo de combate, o desfecho poderia ter sido outro, se as regras de empenhamento emanadas de Lisboa não fossem tão restritivas. Como Portugal e a Alemanha não estavam formalmente em guerra, as indicações eram para que não se atacassem as forças alemãs, apesar destas terem invadido o território nacional com o conhecimento da expedição portuguesa, que até foi monitorizando o seu avanço nos dias que antecederam o ataque.



As forças portuguesas remeteram-se a uma atitude defensiva, com os efeitos já descritos e que marcaram irremediavelmente a expedição de Roçadas. O abandono de Naulila e dos fortes nas margens do rio Cunene e a subsequente revolta generalizada dos indígenas, incitados pela promessa de apoio dos alemães, originou as sublevações na região do Humbe e além Cunene.

Depois de Naulila, o Tenente-Coronel Alves Roçadas pediu a exoneração do cargo, tendo-a visto recusada pelo governo que autorizou, isso sim, o envio de mais tropas para Angola. Os reforços metropolitanos enviados juntaram-se à 1.<sup>a</sup> Expedição e o efetivo das forças expedicionárias aumentou para cerca de 9.000 homens. Este volume de tropas justificou o envio de um oficial de maior patente, tendo a escolha recaído no General Pereira D'Eça, que acumularia com o cargo de Governador da Província e que veio a assumir funções em março de 1915.

Após janeiro de 1915, não houve mais combates entre as forças portuguesas e as forças alemãs em Angola e, em 12 de julho de 1915, as forças militares germânicas da Damaralândia renderam-se ao general Botha, da África do Sul. Em setembro de 1918, Alves Roçadas foi enviado para França com o posto de general graduado e depois do Armistício, em 16 de Abril de 1919, foi nomeado o último comandante do Corpo Expedicionário Português, cabendo-lhe a árdua tarefa de conduzir o regresso das tropas a Portugal.



#### **4. A CAMPANHA DE MOÇAMBIQUE**

Tal como o seu congénere de Angola, o comandante do 1º Corpo Expedicionário para Moçambique, Tenente-Coronel Massano de Amorim, era igualmente um veterano daquele teatro. Em 1896, acompanhou Mouzinho de Albuquerque nas suas campanhas, sendo nomeado por este Governador de Gaza. Em 1897 é comandante militar de Tete, região em plena revolta desde 1890, conseguindo vencer as tribos Maganjas revoltadas. Regressou à colónia em 1906, nomeado governador do distrito de Moçambique, com a missão de pacificar definitivamente a região, tendo-o conseguido, de 1908 a 1912. Estas ações, relevantes para o país, também lhe granjearam lustre fama e valeram-lhe a medalha de ouro do Valor Militar, e o grau de comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Abordou-se em primeiro lugar Angola, porque a campanha teve um fim rápido, logo no início de 1915. Em Moçambique não se passou assim e ocorreram operações portuguesas e alemãs, embora com intensidades variáveis, até 1918.

O primeiro incidente com forças alemãs, no âmbito da I GM, teve lugar em Moçambique, numa altura em que ainda nem sequer tinham sido projetados os corpos expedicionários metropolitanos. Tratou-se do ataque alemão a um pequeno posto junto ao rio Rovuma. Maziúá era guarnecido por uma pequena força de polícias da majestática Companhia do Niassa, comandada pelo sargento enfermeiro naval, Eduardo Costa. Este não sabia que a I GM havia eclodido na Europa e que escaramuças



militares entre alemães e ingleses já tinham ocorrido no Tanganica, atual Tanzânia. Na manhã de 24 de agosto de 1914, o posto de Maziúia com as suas palhotas e celeiros estava completamente queimado e jaziam por terra os elementos de quase toda a sua guarnição. Durante a noite, um grupo armado alemão atravessou o rio Rovuma, com alguns soldados locais ao seu serviço, e dizimou por completo esta pacata e, até então, desconhecida posição portuguesa.

A expedição do Tenente-Coronel Massano de Amorim tinha três objetivos: o reforço da guarnição da província de Moçambique, na hipótese de um ataque alemão vindo de norte; a submissão das populações locais, caso se revoltassem e a cooperação com as forças inglesas, caso fosse solicitado.

As forças desembarcaram em Porto Amélia, a 1 de novembro de 1914, e a falta de condições sanitárias, o alojamento deficiente e a alimentação de má qualidade, contribuíram para que esta expedição, ao fim de seis meses, sofresse 21% de baixas devido a doenças, mesmo antes de sair de Porto Amélia.

O Tenente-Coronel Massano de Amorim recebera instruções de Lisboa para ocupar Quionga, uma ilha na foz do Rovuma, ocupada pelos alemães desde 1894. Devido ao elevado número de baixas por motivos sanitários, para cumprir esta missão, a força portuguesa teria de ser reforçada. Partiu, então, de Lisboa, a segunda expedição, em outubro de 1915, sob o Comando do Major Moura Mendes mas, devido aos mesmos erros cometidos pela expedição anterior, já em Moçambique, até março



de 1916, as baixas por condições sanitárias subiram para 50% do efetivo.

Quionga acabou por ser ocupada, em abril de 1916, já sob as ordens do novo governador, Castro Morais, sem que nenhum soldado, alemão, ou nativo ao serviço dos alemães, estivesse presente para oferecer resistência. A ocupação de Quionga, bem como as ações que se lhe seguiram, já se passam num quadro diferente do propósito da presente lição, dado que a declaração de guerra da Alemanha a Portugal data de 9 de março de 1916. Ainda assim, importa fazer uma referência adicional aos soldados de Portugal que defenderam os mais de 900 quilómetros da fronteira do Rovuma, os mesmos que protagonizaram duas incursões em território do Tanganica, ainda nesse ano de 1916, e pagaram com elevadas baixas a sua audácia, contra um inimigo mais numeroso, bem treinado e melhor equipado.

O Tenente-Coronel Massano de Amorim, protagonista da primeira expedição para Moçambique, desempenhou o cargo de Governador-geral de Angola, de abril de 1916 a janeiro de 1918, altura em que regressou novamente a Moçambique para desempenhar o cargo de Governador-geral.

## **5. ASPETOS COMUNS ÀS CAMPANHAS**

As primeiras expedições foram marcadas por aspetos comuns, muito vincados pela urgência do seu envio. Apesar de no período de 1891 a 1901, terem marchado da Metrópole 13 expedições, apenas para Moçambique, nada estava estudado sobre a mobilização de tropas



coloniais. Citando o General Ferreira Martins do seu livro *Portugal na Grande Guerra*:

«Era, pois, urgente improvisar, como é costume entre nós.»

A improvisação começou logo por se sentir nas disposições para o embarque das forças. Para Angola converteu-se em navio de guerra o vapor *Moçambique*, da Empresa Nacional de Navegação. Devido à falta de navios nacionais foi contratado para a viagem para Moçambique o paquete inglês *Durham Castle*, escoltado pelo cruzador *Almirante Reis*, o *D. Carlos I* dos tempos da monarquia. Sendo o transporte feito num navio inglês, numa altura em que os alemães tinham no mar alguns cruzadores, esta viagem foi uma temeridade.

Mais ainda, as viagens foram muito incómodas, pelo número de solípedes que os navios transportavam, e foi grande a decepção dos expedicionários quando, à chegada, nada estava preparado para os acolher. Se, até certo ponto, isto é compreensível nas primeiras expedições, nada justifica o ter-se repetido em cada um dos contingentes seguintes, sendo constantemente necessário improvisar instalações.

Não existia doutrina para as forças, ou seja, não existia um regulamento colonial de campanha que definisse e caracterizasse o inimigo, bem como o modo de o enfrentar, a manobra logística ou detalhes do foro médico-sanitário. Esta ausência implicava um esforço adicional no início de cada expedição, partindo do zero, o que obrigava a constantes formulações e reformulações de instruções provisórias para cada campanha.



A falta de instrução militar das unidades que formavam os destacamentos não podia, pela urgência, ser remediada na metrópole. Pouco mais de uma semana após a constituição dos Corpos Expedicionários, estes estavam a embarcar com destino a Angola e Moçambique, pelo que não houve praticamente tempo para treino. No período passado a bordo, foi fixado o regime militar que incluía os serviços de instrução, higiene e serviço interno dos corpos. No entanto, considerando que se estava num navio, a instrução não poderia incluir aspetos do treino de técnicas, táticas e procedimentos de preparação para os combates.

A urgência e falta de tempo de preparação não se resumiram aos primeiros contingentes. As forças que se seguiram padeceriam do mesmo mal, como é exemplo o primeiro reforço das forças do Tenente-Coronel Alves Roçadas, o Batalhão Expedicionário de Marinha que, em apenas cinco dias, se constituiu e partiu para Angola.

As tropas expedicionárias deparavam-se com uma situação de material extremamente precária, relativamente ao armamento e fardamento, que frequentemente não se adequava ao clima. A dotação individual de fardamento consistia num chapéu capacete, um capote, dois dólmanes de serviço, dois pares de calças de cotim, dois pares de botas, um par de alpergatas, três camisas, dois pares de ceroulas, duas toalhas, três lenços e um pequeno equipamento.

A improvisação verificou-se não só no treino mas nos materiais distribuídos. Os fardamentos foram fornecidos à pressa e eram de má



qualidade, desfiando-se o cotim de algodão às primeiras lavagens e perdendo a consistência e a cor. Os capacetes de feltro deformavam-se logo que apanhavam chuva, e o calçado era fraco e descosia-se.

As expedições instalavam-se em acampamentos, sempre que possível em zonas urbanizadas, onde se poderiam alugar barracões para alojar as tropas. Quando tal não acontecia ou não eram suficientes, os serviços e pessoal eram distribuídos por tendas e os animais e armazéns eram instalados em barracões de palha, que muitas vezes se incendiavam. As tropas eram organizadas por subunidades, com zonas separadas para oficiais e com uma parte central destinada ao comando, secretarias e outras dependências de cariz administrativo.

Os fortes não apresentavam características que justificassem esse nome, o terreno circundante encontrava-se deficientemente organizado, com trincheiras sem parapeito e que não garantia uma defesa em perímetro efetiva. O seu interior tinha construções em capim, altamente inflamável, como demonstrado no combate de Naulila, que não assegurava a proteção necessária aos equipamentos e prejudicava a sua defesa. Um exemplo da precaridade das instalações onde os expedicionários viviam é dado por um oficial que, num relato do combate de Naulila, descreve o seu forte:

«Forte! Quem chama aquilo um forte: meia dúzia de barracões feitos em capim e cercados de arame farpado. Logo às primeiras granadas, como era tudo capim, arde imediatamente, formando um enormíssimo braseiro, onde chamas duma altura imensa devoram os



nossos víveres, as nossas roupas, as nossas bagagens, enfim, tudo o que era nosso e do Estado».

Os animais selvagens que por vezes atacavam os mais incautos, os ratos do mato que se alimentavam de cadáveres e espalhavam doenças e a quantidade de insetos que grassava devido às deficientes condições higiénicas, não tornavam agradável a estadia nestas instalações.

O clima e os longos deslocamentos, bem como a falta de água, a insuficiência de alguns géneros, de entre os quais se destaca a escassez de pão e de material de bivaque, foram características marcantes das campanhas. Sobre a marcha do destacamento de Moçâmedes para Sul, o Tenente Ernesto dos Santos, soldado em 1914, refere:

«O percurso foi doloroso. Não foi a marcha diária de 25 a 30 quilómetros, numa extensão de mais de 400, sobre caminhos arenosos, a pé, equipados com toda a indumentária da infantaria, foi a sede, a horrível sede que nos fazia inchar a língua, provocando uma péssima respiração».

Todas estas condições originaram a degradação do estado de saúde dos militares das expedições havendo baixas «assustadoras». A junta médica que examinou o Batalhão de Infantaria 14, em junho de 1915, relatou que quase 70% das praças estavam indisponíveis e que as que estavam aptas para o serviço, já se encontravam «impaludadas», considerando que todas as praças deveriam ser repatriadas.



## **6. NOTAS FINAIS**

Durante os quatro anos de guerra foram mobilizados na metrópole mais de 34.000 militares para África, acrescentando a estes números quase 20.000 tropas indígenas recrutadas localmente. Nestes teatros, o número de baixas foi cerca de 1.500 em Angola e 5.000 em Moçambique. A esmagadora maioria dos mortos europeus, cerca de 90%, não foi causada pelo fogo inimigo mas sim por doenças, consequência das más condições sanitárias já referidas. Independentemente da causa, estas mortes não são menos importantes. Há cem anos, como hoje, os militares partem para onde superiormente lhes é determinado, sem questionar. Esses homens partiram para África cumprindo o seu dever de soldados e como soldados morreram, dando a vida pela Pátria. Para as mães que perderam os seus filhos, as mulheres os seus maridos ou os filhos os seus pais, pouco importou se foi uma munição alemã, uma lança nativa ou o paludismo que os levou. Simplesmente morreram, e não por causa própria.

As primeiras expedições enviadas para os Teatros Africanos foram comandadas por oficiais veteranos das campanhas em Angola, Moçambique ou ambas, com folhas de serviço que demonstram que eram militares de elevada craveira, tendo-se destacado antes e depois das mesmas. O desempenho das forças que comandaram não pode, por isso, ser justificado por falta de liderança ou ação de comando. Tal como cem anos antes, no prelúdio da Guerra Peninsular, a principal causa foi essencialmente o desinvestimento do Estado nas Forças Armadas de



então e conseqüente falta de preparação que as mesmas apresentavam. O General Gomes da Costa, em 1925, caracterizou as forças enviadas para as colónias, como tendo «falta de preparação», apontando os motivos para que tal se tivesse verificado. Nas suas palavras:

«foi sempre assim, não se cuida do exército, não se cuida do recrutamento e preparação das tropas coloniais, e num dado momento, quando é precisa uma expedição e já não há tempo para a preparar, juntam-se os elementos que é possível obter, todos mal preparados, e é com este conjunto heterogéneo que se vai para a guerra».

Apesar do Exército ter sido o ramo que maior contribuição deu para estas campanhas, duas das expedições foram de natureza conjunta, tendo a Armada também contribuído para o esforço de guerra com dois Batalhões de Marinha Expedicionários. O primeiro Batalhão que, como já referido, se constituiu como o 1º reforço da expedição do Tenente-Coronel Alves Roçadas, cumpriu a maior parte da sua comissão sob comando do General Pereira d'Eça que, como testemunho do maior respeito por esses marinheiros que comandara, deixou em testamento «a sua refulgente espada à gloriosa Marinha de Guerra». O segundo Batalhão de Marinha partiu a 17 de junho de 1918, com destino a Moçambique.



O desconhecimento das campanhas africanas tem sido uma constante, desde então até à atualidade. Como escreveu em 1924, o Capitão António Pires:

«A Campanha da África Oriental Portuguesa, foi feita em condições que a tornaram única na história. A composição das tropas e seu equipamento e a natureza da colónia de Moçambique tudo se combinou para criar dificuldades sem precedentes. Pouca é conhecida até agora esta campanha a não ser meia dúzia de oficiais combatentes que todos os anos a têm comemorado. Pode dizer-se que a Campanha de Moçambique, de sofrimentos e resignações, de combates sangrentos em campo raso e guerra em movimento, ela não é conhecida para o grande público. Para França, foram os políticos, os escritores, os literatos e os militares conhecidos; para Moçambique, foram os que apenas eram militares ou soldados, e por isso a campanha, lá longe, lutando contra todos os inconvenientes possíveis e imaginários, combatendo-se em silêncio, e silenciosamente morrendo pela Pátria, é desconhecida.»



O envio destes Corpos Expedicionários para Angola e Moçambique foi decisivo para a soberania de Portugal, pela manutenção das fronteiras de então, sendo premente analisá-las e trazê-las a público. A participação nestas campanhas foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e da dureza do clima africano, em especial da seca e doenças que assolam esta parte do mundo, bem como da falta de preparação, doutrina adequada, treino e material. Apesar destas circunstâncias adversas, a maioria dos militares deu provas de valor e heroísmo, tendo regressado à metrópole de «cabeça erguida» e contribuído para a integridade territorial da nação, que manteve as suas colónias por mais 60 anos, até 1975. O Major António Fernandes Varão, capitão-mor do Cuamato em Angola, em 1914, no seu livro *Investidas Alemãs ao Sul de Angola*, publicado vinte anos depois, expressou o sentimento da época sobre a relevância destas expedições:

«a História alicerçará a glória de Portugal, gritando aos quatro cantos do Mundo que o extenso território colonial - que ainda hoje possuímos - é nosso, é três vezes nosso: - porque o descobrimos, porque o conquistámos e porque o regámos com o nosso sangue, defendendo-o.»



Tropa em África - A sede (General Ferreira Martins, Portugal na Grande Guerra, 1925)



Instituto de Estudios Superiores Militares  
2014